200 anos da Independência do Brasil

Gisafran Nazareno Mota Jucá[*1]

Considerações preliminares

À primeira vista, evocar um tema polêmico, como a independência do Brasil, significa levantar uma sequência de questões acerca do anunciado ou redimensionado, ao longo do tempo, de acordo com as possibilidades interpretativas.

Cada tempo tem o seu significado e sua representatividade,[2] seja na visão dos clássicos gregos, na dimensão da religiosidade ou n'"a

---

[1] Sócio efetivo do Instituto do Ceará. Professor aposentado do Departamento de História da UFC. Professor Titular do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História / UECE e do Programa de Pós-Graduação Educação / UFC, na linha temática História da Educação Comparada

[2] O conceito de representação, embora redescoberto nas últimas décadas, nos diferentes campos dos estudos históricos, com o florescer da História Cultural, desde há muito esteve presente nos diferentes cenários históricos, montados ou desmontados, de acordo com o alcance da subjetividade interpretativa apresentada. A esse respeito, vide CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002; e BURKER, Peter. *Variedades de História Cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

letra e [n'] a voz", expressa na literatura medieval,[3] no revisionismo renascentista, consolidado com o iluminismo, mas foi sobretudo no apoteótico século XIX, em especial na sua segunda metade , com "A Era das Revoluções"[4] e "A Era do capital",[5] que o cenário histórico ganhou outra dimensão, quando, além das luzes iluministas, o racionalismo se impôs, consolidando os diferentes campos do saber, especialmente nas Ciências Naturais e, por extensão, nas Ciências Humanas.

Então, todo o rico legado clássico, sobretudo projetado por Heródoto, em que a narrativa histórica tinha como fonte, não apenas o escrito, mas as tradições transmitidas pela oralidade popular,[6] foi deixado à margem do modelo cientificista do positivismo, no qual as causas, os fatos e as consequências deveriam permanecer concatenados, de acordo apenas com a revelação dos documentos oficiais. Era a narrativa truncada de acordo com as imposições e proposições de análise que deveriam ser consagradas.

Nessa perspectiva, a doutrina positivista, longe de ser aplicada com uma devida fundamentação teórica, retomou o sentido da narrativa histórica, mas uma narrativa mecânica, bitolada a uma análise política, projetada por meio da ação dos grandes líderes e grandes eventos, bem diferente daquela, sem fronteiras, anunciada e posta em prática por Heródoto. E assim, sob "a indigência teórica da ciência da história",[7] a exaltação dos grandes vultos e dos heróis, cultuados ou inventados, de acordo com as contingências, cresceu, e a narrativa persistiu e ainda hoje persiste, só que concebida não mais como uma abordagem apenas casual, mas uma narrativa reflexiva, mais indagativa do que antecipadamente conclusiva.

Na verdade, o historiador sempre se vê forçado a reescrever história de forma contínua, mas com o dever de saber reconhecer o valioso lega-

---

3 ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*: a literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

4 HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções:* 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

5 HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

6 ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita.* Campinas: Papirus, 1998.

7 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/Rio, 2014.

do de correntes interpretativas anteriores, cada uma em seu tempo e no seu devido lugar. Assim, o legado positivista, bem presente na implantação do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) teve a sua projeção decisiva com a valiosa contribuição historiográfica implantada pelo Barão de Studart, sem a qual a nossa história permaneceria, ou melhor, caminharia, a passos lentos, de forma claudicante, incompleta.

O tempo histórico,[8] a temporalidade, sempre desafiou os estudiosos da história, em toda a sua dimensão, nem sempre visualizada em seus diferentes matizes, mas reconhecida como ponto de partida e/ou como campo de pouso das diferentes vertentes interpretativas. Em vez de uma rígida divisão entre um passado longínquo, um presente rarefeito e um futuro incerto, o melhor é buscar associar o que foi dito e narrado, o bem narrado, presente nas "Datas e Factos", do Barão de Studart, seja no "Sete de Setembro ou Doze de Outubro", no "Combate do Jeninapo," na "Confederação do Equador", demonstrada em toda a sua sequência documental e cronológica, ou aquilo que necessite ser revisto e repensado, nesse tempo das incertezas e das contradições, definido como a época da globalização.

Ainda acerca do positivismo, na minha opinião, a principal e mais poderosa vertente interpretativa da História, jamais apagada, ela permaneceu infiltrada na linguagem marxista, leninista, sempre dogmática e até mesmo em estudos mais recentes, em que a sagração da verdade histórica deixou à margem do processo a expressão das subjetividades interpretativas. Collingwood bem definiu o positivismo como "a filosofia a serviço das ciências da natureza, tal como na Idade Média a filosofia ao serviço da teologia".[9] Mas o resultado positivo do mesmo foi a seleção de fatos, propiciando um aumento do conhecimento histórico detalhado, fruto de exame minucioso e crítico das fontes, gerando toda essa rica reserva de material levantado, nos anais e textos, voltados ao estudo dos pormenores do acontecido.

---

8 ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

9 COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História.* Lisboa: Editorial Presença, 1972. p. 203.

Os filósofos passaram a criticar a história, considerando-a uma não ciência, ficando os historiadores na responsabilidade de descobrir os fatos relevantes, por meio da sua visão não científica, dada a impossibilidade de estabelecer leis. Daí a sugestão de Comte ao propor a criação de uma nova ciência, no caso a sociologia, superior à história, encarregada de trabalhar com os fatos apenas de forma empírica.

E assim os historiadores do século XIX indicavam um novo método de utilizar as fontes disponíveis, sob o peso da crítica interna da validade do documento levantado. Os historiadores só aceitaram a primeira parte do programa positivista, a seleção dos fatos, deixando de lado a possibilidade de descobertas de leis. A subjetividade da narrativa espontânea dos românticos foi abandonada, supervalorizando-se os fatos, os grandes eventos, daí o enfoque restrito à história política. Em síntese, a concepção de história deveria se ater apenas aos fatos, deixando em aberto muitas revelações no campo sócio-cultural, que merecia ser melhor explorado.

Assim, durante muito tempo, a aparência superficial da história, bem definida e defendida por Langlois e Seignobos, desde 1898, com a publicação da *Introdução aos estudos históricos*, limitava-se à denominada história geral, voltada aos grandes acontecimentos, como as guerras, as negociações levadas a cabo pela diplomacia, permanecendo sempre no palco visualizado os grandes vultos: os soberanos, a nobreza com seus encargos, as revoluções e seus dirigentes, tudo isso bem antes da história "ao mesmo tempo mais ampla e mais profunda". É a permanência da valiosa tradição metodológica, iniciada com Heródoto e Tucídides, inovada com os Annales, após 1929,[10] com Marc Bloch e Lucien Febvre, na busca de uma melhor compreensão do passado, que conseguiu ir além da velha história política, baseada na coleta de datas e fatos.

Entretanto, como a roda dinâmica da história sempre está envolta em mutações sucessivas, aquela condenação incisiva contra a "história narrativa" aos poucos foi esmaecendo, e o retorno à narrativa, definida

[10] MARROU, Henri-Irénée. *Do conhecimento histórico.* Lisboa: Editorial Aster, s.d.

por Lawrence Stone, desde 1979, começou a ser reconhecida, embora não definida com precisão.[11] Mas a reflexão mais apurada acerca do conceito de narrativa ficou a cargo do filósofo Paul Ricoeur (1983-1985),[12] na busca de uma prescrição sobre o enigma do tempo, quando se tornaria impossível escrever história sem recorrer à narrativa.

O velho modelo das lições da história foi sendo apagado pelo rolo compressor da dinâmica da temporalidade, e o passado foi cada vez mais ultrapassado, com novas propostas e possibilidades almejadas. Quando se tornou uma disciplina, a visão romântica foi deixada de lado, o importante era a consolidação de mais uma ciência positiva, vista com objetividade, por meio dos fatos considerados sólidos, deixando as coisas acontecerem, e o restante a Deus pertenceria. Nessa trajetória nos séculos XIX e XX, o sonho de fortalecimento das ambições científicas da história continuaram, com o enriquecimento das práticas metodológicas adotadas, mas o cenário deixou de ser apenas político, passaram a ser visualizados o aspecto social e o cultural, além dos confrontos e dilemas, sempre em busca de vencedores, mas, aos poucos, muitos vencidos passaram a ter voz, apesar das barreiras sempre sólidas, que lhes eram impostas.[13]

Em 1877, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) foi fundado, representante do primeiro campo acadêmico do estudo da História, entre nós, com sua ligação contínua com o geográfico e o antropológico. Após o centenário da independência do Brasil, em 1924, foi lançado um tomo especial, da *Revista do Instituto*, dedicado ao centenário da Confederação do Equador. E, em 1938, outro tomo especial, o de número 3, foi lançado, quando do falecimento do Barão de Studart.

---

[11] Cf. STONE, Lawrence. O retorno da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *In*: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (org.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. v. 2, p. 8-36.

[12] RICOEUR, Paul. A primeira aporia da temporalidade: a identidade narrativa. *In*: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa.* 1997. Tomo III, p. 421-428.

[13] Para uma melhor revelação sobre o conhecimento histórico, na atualidade, o livro *Evidência da História:* o que os historiadores veem, de François Hartog, 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013 (Coleção História & Historiografia / coordenação Eliana de Freitas Dutra), é uma indicação básica.

Nesta publicação de "O Ceará na Independência do Brasil: artigos e documentos publicados na Revista do Instituto do Ceará", bem justificada pelo nosso presidente, general Júlio Lima Verde Campos de Oliveira, sete temas da nossa História são reproduzidos, todos bem situados, no campo político, desde A Revolução de 1817, analisada pelo historiador Carlos Studart Filho, além da indagação levantada por Manoel Sátiro, "Sete de setembro ou doze de outubro?", sem esquecer "O Combate de Jenipapo", de Cláudio Moreira Bento e "A Confederação do Equador na visão de Torres Câmara" e a parte documental e cronológica, organizada e catalogada pelo Barão de Studart.

Na trilha do que foi questionado e bem narrado: 1817, 1824 – Marcos identitários de uma república não consolidada

No início do longo artigo de 62 páginas de Carlos Studart Filho, sobre a Revolução de 1817, no Ceará, a afirmação de Luís da Câmara Cascudo, em epígrafe, tenta definir o significado contraditório da mesma: "a mais linda, inesquecível, arrebatadora e inútil das revoluções brasileiras". Os heroicos participantes do movimento souberam morrer, cônscios da missão histórica que lhes fora confiada, mas o nosso historiador contesta com veemência tal definição, numa nota nessa primeira página, bem definidora da problemática central por ele levantada, desdizendo o que fora dito pelo conceituado autor riograndense, comentando que poucos foram os que tiveram a coragem de enfrentar a morte e muitos, na verdade, foram incapazes de tal ousadia, pois "mostraram possuir convicções frágeis, espírito tíbio e triste dubiedade de caráter".

É bem verdade que as ideias audaciosas provenientes da Revolução Francesa, que já haviam sido consagradas, em 1776, no Congresso de Filadélfia, com a implantação do regime republicano americano, aqui encontraram solo fértil, na ânsia de uma autonomia capaz de propiciar a instauração de uma estabilidade desejada, mas as condições de controle da monarquia lusitana aqui instalada não permitiram o alcance inovador sonhado pelos líderes desse movimento. Na realidade, o movimen-

to de dezessete foi melhor definido pelo historiador Carlos Guilherme Mota como uma insurreição e não como uma revolução.

Por sinal, o conceito de revolução, como os demais, sempre aplicados como condimentos ao conteúdo exposto, nos trabalhos acadêmicos dos profissionais de História, em especial após a implantação dos cursos de pós-graduação, ainda hoje traz mais inquietações indagatórias do que respostas condizentes com a justificativa da almejada cientificidade da História.

Nos dias atuais, outros conceitos se antepõem aos estudiosos das ciências sociais, desde os limites da modernidade aos da pós-modernidade,[14] em seus diferentes matizes, da(s) revolução(ões) ou movimentos contestatórios, incabíveis fora da rígida e desatualizada divisão da História em idades mal delineadas, como a Antiguidade, a Idade Média, a Moderna e a Contemporânea.

Se, para os europeus ocidentais, o marco decisório da contemporaneidade foi a Revolução Francesa, para os russos, só a Revolução de 1917 passou a ser considerada como o início dessa almejada era de mudanças estruturais e, na indicação do final da Idade Média, os soviéticos apontavam o que, para os demais polos culturais da Europa, figurava muito além do mal definido esquema pouco explicativo. Diante das condições de inquietude ante uma possível clarividência na temporalidade mirada, a melhor definição do campo historiográfico nos foi bem sintetizada por Moses Finley, ao destacar os "Usos e abusos da História",[15] sempre presentes em qualquer produção historiográfica, ao se tentar definir o princípio e o fim de certa divisão temporal.

Assim, as revoluções foram e continuam sendo mal definidas, o que se revela de forma patente, ao se tentar classificar a Proclamação da República ou a ascensão de Vargas ao poder, que remeteria o país ao perpétuo

---

[14] HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992; COELHO, Teixeira. *Moderno pós-moderno:* modos & versões. 5. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005; JAMESON, Fredric. *A virada cultural:* reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; e KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

[15] FINLEY, Moses. *Mythe, mémoire, histoire*: les usages du passé. Paris: Flammarion, 1981.

Estado centralizador, também visível no "golpe de 1964", como mais uma revolução decisória. As "capitanias", não muito hereditárias, bem continuadas nas denominadas "províncias do Norte e províncias do Sul", as "interventorias", todas elas revelam o eterno desejo idealizado de uma centralização salvadora, na busca de uma solução do que parecia insolúvel.

Carlos Guilherme Mota, outra vez, foi quem melhor definiu o verdadeiro sentido da insurreição de 1817, ao sintetizar o significado da mesma com a expressão "Nordeste 1817".[16] Por sinal, a delimitação de uma região chamada "Nordeste" nos leva a outra diversidade de interpretações, cada uma delas bem apresentada, com as devidas justificativas, que nos parecem decisórias.

O Nordeste, de Gilberto Freyre,[17] ampliado, não tão divulgado e reverenciado, como *Casa-Grande & Senzala*, o de Djacir Menezes[18] devidamente ampliado, aprofundado com a descoberta de novos espaços e agentes históricos ou um "Nordeste, mais ficcional do que real", de Albuquerque Junior, todas essas possíveis definições nos conscientizam da contradição entre o idealizado e o que pode ser definido, de forma clara e compreensiva.[19] Todos são espaços não apenas geográficos, mas multifacetados, de acordo com as conveniências ou incongruências do processo histórico analisado. Nessa teia mais do que geográfica, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte proclamaram uma república, não tão desejada por outras províncias do Norte, como a do Ceará, mas de imediato inserida nessa possibilidade de alterar o cenário histórico do país, consolidando um polo imaginário a ser revigorado de um Nordeste plural, sempre sob a tutela da capitania mais poderosa, no caso Pernambuco.

A meta dos princípios revolucionários, com a imediata adoção de um regime republicano, a ser consolidado com uma assembleia consti-

---

16 MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. São Paulo: Perspectiva, s/d.

17 FREYRE, Gilberto. *Nordeste:* aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1967.

18 MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste.* 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2018. (Edição comemorativa dos 80 anos da publicação da 1. ed. publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1937).

19 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes.* 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001.

tuinte, a liberdade de comércio, a emancipação da escravatura e a liberdade de culto constituíram mais um desejo emancipador do que uma proposta concreta de implantação desse almejado novo regime.

Desde a promulgação da Carta Régia de 1799, que concedia liberdade às duas mais importantes capitanias, subjugadas à de Pernambuco, no caso, Paraíba e Ceará, os pernambucanos desejavam restabelecer o poder perdido, pelos antigos comerciantes da Vila de Santo Antônio do Recife. Na realidade, desde a criação do vice-Reinado do Brasil, em 1763, com a transferência da sede do governo geral para o Rio de Janeiro, os pernambucanos se sentiam relegados a um segundo plano, tendo prejudicada, de forma decisiva, a antiga autonomia do polo administrativo do Recife.

Tudo partira da ousadia das lideranças políticas de Pernambuco, então centro econômico das "capitanias do norte", em decorrência da prisão de oficiais acusados de não cumprirem os deveres com a pátria e o seu rei, D. João VI. Da morte de dois militares portugueses, o conflito sangrento eclodiu, logo se espalhando com a quartelada pelas ruas do Recife. O frágil governador da capitania foi imediatamente preso. Sem projeto e levada pelas circunstâncias imediatas, não foi surpresa o rápido fracasso da redentora revolução, que parecia bem estruturada.

A Bahia e outros confederados, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, até o Ceará, alimentaram o sonho de uma possível independência, logo aceita nas vilas e povoados do sertão do atual Nordeste, mas, na verdade, foi o Recife o palco central do movimento emancipacionista, onde o povo permaneceu à margem do processo, como não poderia deixar de ser.

A súbita prisão do padre Roma logo despertou o medo acirrado entre as demais lideranças do consagrado movimento. O curioso, como não poderia deixar de ser, foi que figuravam entre as mais altas lideranças surgidas representantes do clero secular, mais poderosos e cientes de seu papel, de guias norteadores de um alvo mais significativo, de condutores de um processo histórico, muito mais demolidor do que aquele configurado pelos famosos bacharéis ou lideranças militares, sem uma formação básica definidora de uma profissão redentora das mazelas e desafios, sempre presentes, em suas diferentes modalidades.

Havia diminuído, de forma patente, a hegemonia de Pernambuco sobre as Vilas de Fortaleza e do Aquiraz, em especial com a instalação das autoridades administrativas no Ceará, sem esquecer o impacto da

suspensão do fornecimento das charqueadas à região canavieira, agravado pelas grandes secas, do século XVIII, enfraquecendo os sólidos laços da chamada Ribeira do Jaguaribe com a Capitania Geral do Recife.

A bandeira da sonhada "República de Pernambuco", consagrada pelos revolucionários, em abril de 1817, no Recife, associava o significado do arco-íris, como símbolo da união e o sol, sinal dos novos tempos almejados, enquanto as três estrelas indicavam as três capitanias participantes, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A não configuração da capitania do Ceará, na expressiva bandeira, gerou diferentes versões, sendo uma delas a provável não adesão desta capitania, dado o forte poder do enérgico governador, Manuel Inácio de Sampaio, aparentemente configurado, uma vez que ele não poderia enfrentar o peso daquela onda imaginária, de uma inovadora perspectiva política.

Os ideais propostos revelavam mais aspirações idealizadas de uma república liberal, capaz de romper a antiga forma bitolada de controle de possíveis autonomias das diferentes capitanias, mas a realidade não imaginária deixou bem clara a impossibilidade de tornar realidade concreta todas as expectativas, sempre delineadas de forma mais idealizada do que postas em prática com as devidas configurações.

A "Revolução de 1817" e a "Confederação do Equador de 1824" foram dois movimentos alternativos, que se complementaram como partes de um possível processo de mudanças estruturais, mais desejadas do que concretizadas. Persistia sempre, porém, um alvo coletivo, a busca por um sistema governamental capaz de tornar realidade o que sempre fora considerado como uma quebra de uma estrutura administrativa centralizada.

O líder de maior destaque, na defesa do possível governo republicano provisório, de 1817, foi, sem dúvida, Domingos José Martins, apoiado por representantes do clero e das demais forças, consideradas básicas, desde as armadas, sempre apoiadas no corpo de magistrados e demais participantes da elite mais comercial do que agrária.

Na realidade, esse líder se projetava mais como um membro atuante de uma burguesia em formação, dedicado à comercialização, responsável pelo exportação do algodão, destinada aos Estados Unidos, amadurecida de forma passageira, sobretudo durante a chamada "segunda guerra de independência americana", registrada no biênio 1812/1813, contra o predomínio

britânico, que o levou à falência, em virtude da diminuição contínua das possibilidades de um possível aumento no índice das exportações almejadas.

A sua estada, por mais de um ano em Fortaleza, projetava-o como provável líder local, em busca do almejado governo representativo, mas o pulso forte do governador Sampaio foi capaz de superar o possível avanço de um movimento capaz de reordenar o palco político da capitania, sempre na dependência em relação ao centro exportador do Recife, e a maior parte do clero cearense persistia mais devotada aos ditames da capital pernambucana, considerando a ligação dessa representatividade do clero cearense, todo ele moldado no modelo inconformista do Seminário de Olinda; mas, como se encontravam dispersos, em diferentes freguesias do interior cearense, tal isolamento bem definia a impossibilidade de formação de um grupo forte e coeso, isolados que se concentravam na dispersa divisão administrativa desses centros urbanos carentes de uma estrutura autônoma.

Como ficou registrado na paisagem interiorana da capitania cearense, logo o governador Sampaio conseguiu impor o seu pulso forte, por meio de uma manifestação de fidelidade ao rei, bem patente nessa contrarrevolução projetada de acordo com as conveniências do momento enfrentado, que terminaria com a permanência do *status quo*, dentro dos velhos padrões administrativos postos em prática de modo revigorado. As possíveis rupturas não se apresentavam viáveis, pois o controle do governo local era garantido pelo controle contínuo do frágil correio, sempre fiscalizado pelo poder vigilante do temido governador.

Embora as Câmaras Municipais persistissem com as reivindicações em prol dessa autonomia a ser fortalecida com a implantação de um poder eclesiástico mais centralizador – desde que fosse criada a almejada diocese de Fortaleza, desvinculada do controle da central administrativa eclesiástica do Recife –, a dependência cearense persistia, impossibilitando a concretização do que parecia viável aos agentes das possíveis mudanças. Mesmo o Ceará se projetando como espaço decisivo para a concretização do plano revolucionário, a comarca do Crato, centro administrativo e econômico do sul da capitania cearense, cada vez mais vinculado ao centro administrativo de Pernambuco, permanecia agregada aos ditames da influência do Seminário de Olinda, como canteiro de possíveis representantes da almejada unidade territorial da região.

Aos poucos, os possíveis líderes capazes de quebrar a estrutura administrativa centralizadora dos pernambucanos levavam as lideranças do clero a permanecerem fiéis aos ideais de uma República unitária, e, nessa trajetória, alguns representantes da possível quebra da estrutura administrativa da capitania foram sendo retirados, de forma decisiva, do comando das manifestações que pudessem abalar o poder estabelecido e, mais do que a capitania do Ceará, o Piauí, o Maranhão e até o Pará permaneceram como um destino não atingido, em virtude do peso das condições de uma participação conjunta, em prol de uma real República.

Conforme tão bem nos revelou o historiador Geraldo da Silva Nobre, em uma análise bem subdividida e sequenciada, a ocupação da capitania do Rio Grande do Norte foi rápida e sem as possíveis reações das lideranças políticas locais frustradas. Outros polos urbanos a serem preservados dentro do velho modelo administrativo eram o Aracati e aquele outro centro administrativo mais interiorano, a vila de Campo Maior, de Santo Antonio de Quixeramobim, com a submissão de lideranças como a do padre Gonçalo de Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, que, só mais tarde, na tentativa de implantação de uma Nova República, em 1824, figuraria como um dos mártires da Confederação do Equador.

Na opinião conclusiva desse renomado historiador, mesmo com as possíveis mudanças estruturais almejadas, a República, proclamada pelos "Alencares", no Crato, foi um episódio local, porém com grande repercussão na política do Ceará, tendo o Cariri passado a ter um papel importante, porém sempre instável e temporário.

A continuidade das possíveis mudanças idealizadas, mas não concretizadas, em 1817, permaneceu revelada tanto no chamado Movimento Constitucionalista de 1821, como na temida Confederação do Equador, registrada em 1824, dois movimentos que não conseguiram quebrar o rígido quadro político de um Nordeste, ainda em mãos dos velhos ruralistas, liberais nos discursos proferidos, mas fiéis na subordinação aos interesses dominantes de uma nação não concretizada, porém,[20] sempre

[20] A nossa exposição das informações coletadas, teve por base o valioso estudo desse consagrado historiador cearense, Geraldo da Silva Nobre, autor de vários trabalhos explicativos de nossa formação política, que merecem ser resguardados como uma

compartilhada em sua estrutura fragilizada, pelos representantes de um clero também conservador, confirmadora de uma subdivisão regional sempre mantida numa instabilidade cada vez mais oscilante.

Pernambuco sempre figurou como o palco principal das tentativas de emancipação política, principalmente na "Era das Revoluções", bem definida por Eric Hobsbawm: a Guerra dos Mascates, a Insurreição de 1817, a Confederação do Equador, culminando com a Revolução Praieira, em 1848. Dessas, a Confederação do Equador foi a de maior destaque, e a Revolução Praieira, em 1848, completou essa cadência de insurreições em prol de uma emancipação política. A de 1824, de acordo com os analistas de nossa história política, pode ser definida como a mais significativa, marcada pela insatisfação coletiva contra o centralismo autoritário de D. Pedro I. As razões dessa decisiva manifestação contrária à imposição de um poder central davam continuidade às reivindicações de 1817, com o rompimento do pacto colonial, que veio, mais uma vez, beneficiar os comerciantes lusitanos, que haviam perdido espaço após a abertura dos portos "às nações amigas".

Quanto mais o almejado desenvolvimento econômico brotava, em mãos dos representantes da oligarquia conservadora, defensora da continuidade do trabalho escravo, as denominadas "camadas médias", constituídas por pequenos e médios proprietários, comerciantes e o crescente número de profissionais liberais fortalecia o interesse coletivo em busca de uma maior autonomia. A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, fruto da consolidação do poder centralizador de D. Pedro I, fez ressurgir o ideal emancipatório, nascido em 1817.

Os desejos de uma possível estabilidade política, configurada no modelo republicano, foram levados adiante por dois líderes, de forte influência, em toda a região das "províncias do Norte", sobretudo no Ceará e em Pernambuco: frei Caneca e Cipriano José Barata. As críticas eram dirigidas contra o suposto "Poder Moderador", que deixava a reboque a ação da Câmara dos Deputados, levando as províncias a uma subordinação total.

---

síntese analítica desse percurso sinuoso da nossa história política. Cf. NOBRE, Geraldo da Silva. A Confederação de 1817 no Ceará. *In*: SOUZA, Simone de. (Coord.). *História do* Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 131-143.

Manuel de Carvalho Paes de Andrade, que havia liderado o movimento contestatório de 1817, em Pernambuco, assumiu o papel de condutor de outra possibilidade de fugir à centralização imperial. A ação repressora do governo central se consolidou como a nomeação de Francisco Paes Barreto, para controlar a província insubordinada, após o bloqueio ao porto do Recife. A reação das Câmaras Municipais do Recife e de Olinda foi imediata, em prol da permanência de Paes de Andrade como líder da política local. Os protestos contínuos, estampados nos jornais de oposição, contribuíram para a suspender o temível bloqueio do porto do Recife, posto em prática após ser proclamada a Confederação do Equador. A proposta de associar as províncias a uma luta contra o tráfico de escravos na província envolveu diferentes agentes da população considerada livre: mulatos, pretos que conseguiram a liberdade dos chamados "militares de baixa patente", todos eles na defesa de propostas radicais, logo rechaçadas pelos "donos do poder", os latifundiários.

A permanência da capitania do Ceará sob a dominação de Pernambuco, por mais de um século, 1656 a 1799, não obteve a total emancipação almejada, em virtude sobretudo da dependência, cada vez mais acentuada, da região sul do Ceará, o Cariri, sempre na dependência comercial de Pernambuco. Mesmo com os incentivos concedidos, no início do século XIX, ao incremento do comércio exterior, o porto central das exportações regionais permaneceu sob a égide do Recife.

O domínio político, em mãos dos Alencar, favoráveis à continuidade da hegemonia regional pernambucana, marcou a ligação consolidada entre as lideranças políticas do Cariri e o centro hegemônico de Pernambuco. A primeira vila a se manifestar contra o centralismo imperial foi a de Campo Maior de Quixeramobim, subordinada à comarca do Crato, sob a liderança de José Pereira Filgueiras, que conseguiu o apoio de outro polo urbano importante, o do Aracati, além da adesão do representante do Icó, mas a reação do presidente da província, Pedro José da Costa Barros, recém-nomeado, persistiu pouco no enfrentamento à junta provisória, composta por seis políticos de destaque, sob a tutela dos padres Francisco Pinheiro Landim, Vicente José Pereira e Tristão de Alencar, logo deposta, após a chegada do Presidente nomeado, Costa Barros, que não teve condições de enfrentar a oposição da lideranças

locais, sendo demitido pelas tropas comandadas por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras.

As reações se projetaram, com o decisivo apoio de Paes de Andrade, em Pernambuco. Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão aderiam ao movimento contestatório. A proposta de um governo independente, contra as imposições centralizadoras do imperador Pedro I, foi fortalecida pela liderança de Tristão de Alencar, que contava como apoio decisivo do padre Mororó, nomeado secretário da província. A reação do governo imperial foi imediata, após ser criada uma comissão militar, responsável pelo julgamento dos réus da Confederação do Equador. A chegada das tropas imperiais, sob o comando do brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, logo conseguiu dominar a capital pernambucana, quando os líderes foram incontinentemente aprisionados e condenados à morte, exceto Paes de Andrade, que conseguiu asilo na Guiana Inglesa. Tristão de Alencar lutou contra a centralização monárquica até o fim, e José Pereira Filgueiras não teve condições de resistir, após ser abandonado pela maior parte dos seus subordinados, vindo a falecer antes de sua chegada ao Rio de Janeiro.

Em março de 1825, a sentença final condenou à morte todos os sentenciados pela repressiva Comissão Militar, fortalecida pela ação repressora do comandante lorde Cochrane, que bloqueou o porto de Fortaleza. As lideranças em prol de uma emancipação redentora foram fragilizadas pelo poder dos grandes proprietários de terra, que permaneceram no domínio seguro das forças políticas locais, enquanto o povo, a "massa popular analfabeta", continuou na expectativa de melhorias, há muito almejadas, mas jamais realizadas a contento. "Os donos do poder"[21] permaneceram estáveis, no comando do controle social, cada vez mais sólido, apesar das aspirações redentoras, que não passavam de desejos reprimidos.

---

[21] Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. I. QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1965. v. I, Tomo II. ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. *In*: SOUZA, Simone de (Coord.). *História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p. 145-154.

Documentos da independência e a sequência contínua de questões levantadas e não respondidas a contento

A tentativa de querer compreender o real significado da independência do Brasil nos remete para muito além daquela incisiva questão, estampada na Revista Trimestral do Instituto do Ceará: "7 de Setembro ou 12 de Outubro?" A resposta está bem clara, na p. 233 da Revista , mas nos leva a outras indagações:

> Por isso mesmo que há sucessos na plena história de nossa emancipação erguidas à mesma altura que o grito do Ypiranga, é que se torna sobremodo injustificável esse deslocamento da data comemorativa de sua independência para o 7 de Setembro, quando na realidade foi o 12 de Outubro de 1822, que entramos, verdadeira e legitimamente, na posse de nossa soberania, com os atributos de nacionalidade livre e organizada.

Tal nacionalidade não se tornou nem livre, nem muito menos organizada, seja no 7 de Setembro, seja no 12 de Outubro. Os "Documentos do Tempo de Independência" (Coleção Barão de Studart) demonstram o desejo de "união e tranquilidade", após a independência e até hoje alimentamos esse desejo.

A "Acclamação do 1º Imperador do Brasil", confirmada em "Acta da sessão extraordinária da Camara da villa de Fortaleza", prende-nos a atenção, mas os "Documentos para a historia da Confederação do Equador no Ceará, coligidos pelo Barão de Studart", num total de 138, dão-nos uma visão de como o movimento, gradativamente, espalhou-se pelo interior do Estado, em especial naqueles pontos estratégicos da província, como na "Villa de Campo Maior (Quixeramobim") "Aracaty" e Crato. A luta sempre destacava que "O Imperador mesmo conhece que a Soberania rezide no Povo. E se ele falou no Poder Executivo, quem foi que conferiu este Poder ao Imperador, senão a mesma Nação? Não era este só o meio de que se valeo para nos lançar os ferros da escravidão".

Em 3 de julho de 1824, o decreto de Manoel de Carvalho suspendia o tráfico de escravos:

> Convindo não somente aos interesses da humanidade, porém ainda menos aos desta Província, que se extinga de todo um comercio que está em completa oposição com os princípios do direito natural e as luzes do presente século, tendo resolvido que fica suspenso o tráfico de escravos para este Porto, até que a Soberana Assembleia Constituinte e Legislativa resolva este negócio afinal.

E Pedro de Alcântara, filho de Dom João, rei de Portugal, "a quem vós por uma estupida condescendência com os Brazileiros do sul o aclamastes vosso Imperador, quer descaradamente escravizar-vos. Que desaforado atrevimento de um europeo no Brasil!". Esse trecho foi extraído do documento n. 24, "1824 – Sem data e sem assinatura".

Libertar a pátria, quebrar o peso da tirania e, como símbolo redentor do novo sistema de governo proposto, fazia-se necessária a

> [...] mudança de bandeira (lembro a de campo azul com estrella branca e he a q'pertendo adotar) e por q'só deste modo podemos achar apoio nas Potencias estrangeiras, visto que seos Governos não fizeram ainda Tratados com O Imperador e só reconhecem o seu Gov. como Gov. de facto q' não goza de mais privilégios q' outro também de facto; e por consequencia, nem o Gov. Inglez, nem o Gov. Americano tolerão a estagnação de seo commercio cauzada por bloqueio incompetente.[22]

A adesão da vila de Monte-Mor Novo da América, atual Baturité, à Confederação do Equador, em 10 de outubro de 1824, logo seria apagada com a determinação da Carta Imperial, de seis dias depois, que determinava que todos os réus deviam ser julgados pela Comissão Militar nomeada, "para serem logo por ella processados, e sentenciados, verbal e sumariamente, sem atenção a sua qualidade, empregos, e graduaçoens

[22] Doc. n. 29, de 6 de agosto de 1824 – Oficio de Manoel de Carvalho a Tristão Gonçalves.

qualquer que seja," mas, ainda no mesmo mês, os habitantes de Fortaleza prestavam juramento e fidelidade ao imperador Pedro I, e a Câmara de Sobral também declarava a sua fiel adesão ao soberano.

As vilas de Campo Maior da comarca do Crato e de Quixeramobim reforçaram a submissão ao poder central, garantida pela ação centralizadora do lorde Cochrane. E o perdão ou anistia foi concedido aos envolvidos na revolução, com exceção de Tristão Gonçalves, que devia "responder a justiça pelos seus crimes", e quem o entregasse seria recompensado com o prêmio oferecido pelo poder imperial, no valor de "10.000 cruzados". E o governo temporário do Icó, solenemente, dava os parabéns pela morte do líder Tristão Gonçalves, assim descrita:

> Participo a V. S. que no dia de hontem foi morto o Tirano Tristão Glz. As maõs da valeroza tropa de Cavallaria do meo Regimento no sitio Santa Roza: morreo igualmente o Cabra Robeto, e hum soldado; da minha tropa não morreu pessoa alguma nem da do Capitão Amorim: todos os mais companheiros do tal Tristão forão prezos. – Deos Guarde a V.S. – Quartel da Villa de S. Bernardo, o 10. De Novembro de 1824, pelas 6 horas da tarde.[23]

Com a vitória das tropas imperiais, estava garantida a sonhada unidade nacional e extinta "hua confederação imaginaria, e destroidora da armonia social e da conservação da Provincia [do Ceará]". Toda a correspondência e demais documentos relativos ao movimento de 1824 foram destruídos, afinal a maioria dos súditos era composta por "gênios francos, singelos, e aferrados aos legítimos interesses da salvação da Patria", que evitaram "hum sem numero de desgraças [de] este bello Continente".

Mais de quinze presos foram levados ao Rio de Janeiro, entre eles, o padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, além de outros rebeldes, vindos do Recife e capturados no Cariri. Da Bahia, foi um total de 42 pessoas, e de Pernambuco, 18, entre os quais, o deputado padre José Martiniano de Alencar, preso em Cabrobó, além de nove escravos.

---

[23] Do Ilmo. Sr. Sargento-mor-commandante Luiz Roiz Chaves – João Nepomuceno Quixabeira, Major. *In*: Oficio de José Félix a lorde Cochrane.

A prisão do líder José Pereira Filgueiras, pelo eminente Francisco de Lima e Silva, foi o ponto final e, assim, "Na referida Província do Ceará se dissolveo de todo o partido revolucionario, não havendo agora senão alguns excessos praticados pelos Imperialistas contras os rebeldes, cuja reação sendo muito natural em circunstancias simples, comtudo deve ser concebida".[24]

A relação das pessoas, "que mais se desenvolverão no malvado sistema republicano na capital da província do Ceará" somava um total de 50 pessoas, entre elas oito sacerdotes, como o padre Inácio de Loyolla Mororó e o frade Alexandre da Purificação.

> A petição de João de Andrade Pessoa Anta, destinada à Imperatriz, a fim de que "... o mui digno consorte de V.M.I. decrete a minha absolvição o mais breve; para que não seja mais incommodado, e vá descançar à minha casa na companhia de meus ternos filhos órfãos, os quaes também buscam a sombra de V.M.I,, para poderem enxugar tantas lagrimas derramadas em minha ausência, os quaes ficarão desgraçados, se não for acolhida a minha supplica" não foi sancionada.[25]

Após a Ordem do Dia, dispondo sobre "os aprestos para o supplicio" do padre Gonçalo Mororó e do coronel João de Andrade Pessoa Anta, fuzilados em praça pública, em 1º de maio de 1825, Conrado Jacob de Niemeyer assim se expressou

> Não posso deixar de apreciar com prazer esse delicioso momento para novamente fazer patente á S.M.I. a disciplina de subordinação de toda a tropa do meo Commando, a firmeza, o silencio, a obediência, o respeito que patenteou no acto da execução dos réos; e o enthusiasmo com que deram os vivas e entoaram o hymno nacional me encheu da maior confiança a seu respeito.[26]

---

[24] 31 de dezembro de 1824 – Trechos de um Oficio de Francisco de Lima e Silva.

[25] Documento n. 108, de 12 de fevereiro de 1825.

[26] 1º de maio de 1825. Officio de Conrado de Niemeyer comunicando ao Ministro da Guerra a execução de Mororó e Pessoa Anta.

Dias depois, o padre Francisco Miguel Pereira Ibiapina e Luiz Inácio de Azevedo Bolão e Feliciano José da Silva Carapinima foram os últimos executados. Dos poucos que escaparam da condenação coletiva, destacou-se o padre José Martiniano de Alencar, que conseguiu obter o perdão do secretário interino do governo provincial do Ceará, Manoel do Nascimento Castro e Silva, após apresentar a seguinte retratação:

> Eu estou persuadido q' V. Exc. Sabe bem responder a tudo isto e q' não deixará de o atestar para salvar a vida e reputação de hum homem infeliz, cuja vida pública e mesmo particular (permita-se-me esta vaidade), foi sempre regular e tto. q' por ella mereceu a perfeita amizade de V. Exc. e de todos os homens sensatos e honrados da Provincia e de toda parte ontem tem existido. Eis o q' eu suplico a V. Exc. e para o q' invoco a proteção da Ilma. Sra. D. Margarida, q' tanta estima sempre me mostrou. O ceo permita q' V. Exc. fassa hum bom Governo para bem desses povos e prazer de seus Am. e q'no meio de suas felicidades se não esqueça de dirigir para o Ceará suas recomendações e a Attestação pedida em favor de hu infeliz Am., q' jazendo por hora nos cárceres do Rio de Janeiro pensa inda hirá responder a Comissão Militar do Ceará.[27]

Dentre os muitos que foram capazes de sacrificar a própria vida, em defesa dos interesses coletivos, sonhando com um regime representativo mais significativo, na *res publica* imaginária, de um Brasil continental, poucos foram os que conseguiram obter o perdão almejado. O sistema representativo, implantado por meio do regime imperial em nosso país, bem definia a centralização de poder consolidada, deixando à margem do processo as reais possibilidades de um verdadeiro sistema representativo democrático. A estrutura de poder elitista e centralizada bem traduz o início de uma rota incerta e tortuosa ainda hoje presente no cotidiano da nossa história política.

---

[27] 11 de outubro de 1825 – Carta de José Martiniano de Alencar ao Ilmo. e Exmo. Snr. Manoel do Nascimento Castro e Silva, secretário interino do governo do Ceará.

Considerações mais indagativas do que realmente conclusivas

As possíveis definições acerca de um sonhado regime republicano não se apresentavam nem podem ser apresentadas a contento e jamais poderão ser consideradas condizentes com as práticas políticas, adotadas, em diferentes períodos da nossa História, desde o século do endeusamento do cientificismo europeu, século XIX, até a atual [mal] dita "pós-modernidade," quando os discursos se propagam, cada vez mais carregados de esperanças, mal delineadas, se observarmos os possíveis princípios de uma sonhada ética política.

O "processo civilizador", expresso na "história dos costumes" e, mais ainda, quando da "formação de Estado e civilização",[28] deixa-nos cada vez mais perplexos com o constante entrechoque, inevitável, entre os ideais propostos e os resultados concretos num cenário hoje mais compreendido como "a era do vazio"[29] ou "o império do efêmero",[30] onde "a felicidade paradoxal", alimentada por um hiperconsumo[31] deixa os indivíduos cada vez mais sitiados numa cultura plural considerada "rebelde, ingovernável".[32] Em síntese, é a "miséria do mundo",[33] cada vez mais forçando a temida "demissão do Estado," incapaz de enfrentar de maneira soberana as decadências e as contradições do que foi almejado por modelos republicanos de governo. É uma "vida" denominada "líquida", com o "indivíduo sitiado" ante uma cultura considerada sempre envolta no sincretismo, onde o popular e o elitismo se misturam, apesar das

---

28 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 e *Formação do estado e Civilização.*

29 LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.

30 LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

31 LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2014.

32 BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

33 BOURDIEU, Pierre. (Coord.). *A miséria do mundo.* 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

constantes barreiras que parecem indeléveis.[34] Tal enredo parece apenas atual, mas os laços de um passado não diluído nos conscientizam acerca das raízes de um eterno retorno aos ideais cultuados, mas não condizentes com uma estrutura política e social sempre fechada, incapaz de possíveis mudanças, capazes de tornar reais as práticas democráticas.

O número dos que se sacrificaram, em prol da uma república igualitária, 1817/1824, foi pouco expressivo, porque muitos dos líderes, que se diziam fiéis aos ideais de implantação de uma sociedade igualitária, a "República Verdadeira", conseguiram se adequar às exigências de um Estado cada vez mais centralizador e elitista, manipulado por representações do alto clero ou mesmo do baixo clero, bacharéis e demais autoridades constituídas.

Mas os números indicados sempre são relativos, afinal o poeta Carlos Drummond de Andrade já reconhecera que "o cálculo das probabilidades é uma pilhéria" e, se poucos foram os que perderam a vida, nos movimentos de 1817 e 1824, maior ainda é o total de mortos pela pandemia aterrorizadora dos dias atuais, pela "grande gripe",[35] perpetuada com os seus mais de 670.000 mortos, além dos que ficaram à margem das indicações desse índice demolidor do anseio coletivo, incapaz de concretizar uma esperança redentora, porém efêmera, mas necessária à contínua busca por melhores dias.

No cenário dos que perderam vida ou oportunidades de sobrevivência, o palco maior, sempre remontado, continuou presente, em diferentes períodos da nossa história política, ontem e hoje, seja quando da transferência da nobreza lusitana para a antiga colônia, transformada, em pouco tempo, em um centro administrativo de um reino, subdividido em capitanias não implantadas como se desejava, transformadas em províncias, mais tarde em estados federativos, sempre com o poder controlador e não moderador das transições políticas, em mãos de um só, como rezava a Constituição outorgada e não gerada no seio de um Estado equilibrado, idealizado pelos republicanos.

---

[34] BAUMAN, Zygmunt. *op. cit*.

[35] BARRY, John M. *A grande gripe*: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Os cidadãos invisíveis, nos diferentes espaços sociais, não só geográficos, mas sócio-culturais, tanto nas cidades, como interior, sempre figuraram como agentes não computados no bojo de um processo seletivo, eleitoral. Assim como a vacina, mesmo obrigatória, nos dias atuais, não atinge os índices previstos, nas previsões apresentadas, da mesma forma, os direitos consagrados, no regime republicano, afastam-se de uma real possibilidade de atendimento aos objetivos sempre enaltecidos, mas jamais concretizados.

A melhor definição da verdadeira república, implantada no Brasil, de uma forma bem mais imaginária do que real nos foi apresentada pelo cientista político e professor titular do Departamento de História, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho:

> Não por acaso, o debate mais vivo gira ainda hoje em torno do mito de origem e das utopias republicanas. É um debate ideológico e historiográfico, limitado ao pequeno círculo de beneficiários do regime. Mesmo aí transparece o caráter inconcluso da República: em seus cem anos de vida ela não foi mesmo capaz de estabelecer um consenso mínimo entre seus adeptos. As alternativas colocadas nos primeiros dias ainda parecem a muitos desejáveis e factíveis. Se o modelo liberal – democrático ganha forças, ainda permanecem vivos fortes bolsões jacobinos, e traços positivistas ainda se agarram tenazmente aos flancos da República. Nem mesmo há segurança de que a moderna visão do deodorismo esteja definitivamente morta.[36]

E se procurássemos descobrir a posição social dos agentes do republicanismo no Brasil, ontem e hoje, a discussão nos levaria, mais uma vez, a uma vereda escura, que parece não possuir um final feliz, sempre embotado pelas manchas ideológicas de indefinição das práticas concretas, incapazes de demonstrar a viabilidade um sistema republicano representativo das diferentes facções almejadas. E a origem social das lideranças revolucionárias não se afastaria da velha dualidade dialética: classe dominante

[36] CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 141.

contra a classe dominada, uma vez que a classe média não pode ser definida como um conceito genérico ou homogêneo. A polêmica definição de um estudioso das desigualdades sociais no Brasil, Jessé Souza, no nosso entender, bem traduz o verdadeiro sentido dessa elástica classe média

> Afinal, é ela que monopoliza a reprodução do capital cultural valorizado que tanto o mercado quanto o Estado irão necessitar para se reproduzir. Advogados, economistas, publicitários, artistas, administradores, contadores, e assim por diante são, em sua esmagadora maioria, especialistas desse capital cultural valorizado que caracteriza a classe média.[37]

A melhor definição para um sistema representativo sempre almejado, que tinha de ser implantado, em toda a sua plenitude simbólica, em nosso país, foi aquela bem descrita por Machado de Assis, em um de seus "Contos essenciais", intitulado "A Sereníssima República". Trata-se de uma narrativa de cunho simbólico e alegórico, ao longo da qual o Cônego Vargas tentava convencer os seus ouvintes acerca da originalidade de sua proposta de tornar realidade um sonho há muito alimentado, a implantação dessa "Sereníssima República", "um título magnífico, roçagante [que produz ruído ao ser arrastado], expansivo, próprio a engrandecer a obra popular", capaz de garantir a autonomia de uma cidade-estado.[38] Da antiguidade clássica à implantação de um Império instável, dependente da "preeminência inglesa",[39] que poderia garantir a "modernização sem mudança"[40] almejada, em um país promissor, chamado Brasil, a realidade social e política permanecia contraditória, afinal a promessa em atender os anseios populares, clarividente nos dis-

---

37 SOUZA, Jessé. *A elite do atraso:* da escravidão à Lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017. p. 146.

38 ASSIS, Machado. *Contos essenciais.* Seleção e apresentação Jean Pierre Chauvin; notas Djalma Lima. São Paulo: Martin Claret, 2019. p. 242.

39 MANCHESTER, Alan Krebs. *Preeminência inglesa no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1973.

40 GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil.*1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.

cursos e falas oficiais, tornava-se nebulosa nas práticas cotidianas desde quando os incomodados e intrusos súditos continuassem ameaçando o poder centralizador, capaz de satisfazer os anseios utópicos por meio de uma unidade perene.

Que a República, não só platônica, possa ser posta em prática, mesmo diante do rolo compressor da desumana globalização, cada vez mais demolidora dos anseios almejados por todos os componentes de uma representação ao mais das vezes individualizada, mas sempre dedicada à preservação da "memória coletiva", melhor definida como a "memória social". O ditado popular bem traduz esse anseio plural, na busca de melhores dias "a esperança é a última que morre".

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes.* 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001.

ARAÚJO, Maria do Carmo R. A participação do Ceará na Confederação do Equador. *In*: SOUZA, Simone de (Coord.). *História do Ceará.* 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito rocha, 1995. p. 145-154.

ASSIS, Machado. *Contos essenciais.* Seleção e apresentação Jean Pierre Chauvin; notas Djalma Lima. São Paulo: Martin Claret, 2019. p. 242.

BARRY, John M. *A grande gripe*: a história da gripe espanhola, a pandemia mais mortal de todos os tempos. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. (Coord.). *A miséria do mundo.* 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BURKER, Peter. *Variedades de História Cultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COELHO, Teixeira. *Moderno pós-moderno:* modos & versões. 5. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de História.* Lisboa: Editorial Presença, 1972.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. I.

FINLEY, Moses. *Mythe, mémoire, histoire*: les usages du passé. Paris: Flammarion, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: [*s. n.*], 1967.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil.*1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HARTOG, François *Evidência da História*: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção História & Historiografia).

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*: 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*: 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

JAMESON, Fredric. *A virada cultural*: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*: estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/Rio, 2014.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. Lisboa: Edições 70, 2014.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MANCHESTER, Alan Krebs. *Preeminência inglesa no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARROU, Henri-Irénée. *Do conhecimento histórico.* Lisboa: Editorial Aster, s.d.

MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste.* 3. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2018. (Edição comemorativa dos 80 anos da publicação da 1. ed. publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1937).

NOBRE, Geraldo da Silva. A Confederação de 1817 no Ceará. *In*: SOUZA, Simone de. (Coord.). *História do* Ceará. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (org.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. v. 2, p. 8-36.

QUINTAS, Amaro. A agitação Republicana no Nordeste. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1965. v. I, Tomo II.

RICOEUR, Paul. A primeira aporia da temporalidade: a identidade narrativa. *In*: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa.* [*S.l.: s.n.*], 1997. Tomo III, p. 421-428.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita.* Campinas: Papirus, 1998.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*: a literatura medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.